

PGR quer investigar ação de ministro e pastores no MEC



Sôstenes Cavalcante, líder da Frente Parlamentar Evangélica, tentou blindar Bolsonaro Exaristo S4 - 17.Av.22/AF/P

Ministro vira alvo da PGR, e frente evangélica tenta blindar Jair Bolsonaro

Augusto Aras pede ao Supremo autorização para investigar Milton Ribeiro, e CGU reabre apuração; bancada religiosa tenta se descolar

BRASIL O procurador-geral da República, Augusto Aras, pediu autorização ao STF (Supremo Tribunal Federal) nesta quarta-feira (23) para investigar o ministro da Educação, Milton Ribeiro, em razão das suspeitas na atuação de pastores para a liberação de recursos da pasta no governo Jair Bolsonaro (PL).
Pressionado por um áudio em que cita pedido de Bolsonaro e pelo relato de um prefeito sobre suposto achague envolvendo um dos suspeitos de lobby no MEC, Ribeiro procurou representantes do Congresso para tentar contornar a crise e deverá prestar esclarecimentos aos parlamentares na semana que vem.
Ao mesmo tempo em que tenta blindar Bolsonaro, porém, a Frente Parlamentar Evangélica deixou clara a tentativa de se descolar do ministro, que o pastor presbiteriano, O pedido de investigação feito por Aras ocorre depois de a Folha revelar áudio em que Ribeiro afirma que o governo prioriza prefeituras cujos pedidos de liberação de verbas foram negociados por pastores que não têm cargo e atuam em um esquema informal de obtenção de verbas do MEC.
Ele foi feito também depois de o prefeito Gilberto Braga (PSDB), do município maranhense de Luis Domingues, afirmar que um dos pastores que negociam transferências de recursos federais para prefeituras pediu 1 kg de ouro para conseguir verbas de obras de educação para a cidade.
A declaração do prefeito foi dada ao jornal O Estado de S. Paulo, e a Folha confirmou com outras duas pessoas presentes no local onde o pedido de propina teria sido feito.
O PGR pede a investigação de Ribeiro para apurar suspeita de prática dos crimes de corrupção passiva, tráfico de influência, prevaricação e advocacia administrativa. Também solicita abrir inquérito sobre os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura.
Caso autorizada a investigação, Aras solicita que sejam ouvidos em depoimentos o ministro, os dois pastores e

prefeitos que teriam sido beneficiados pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).
Ele pede ainda que a polícia faça a análise das circunstâncias da produção do áudio veiculado pela Folha com as declarações de Milton Ribeiro e que o Ministério da Educação e a Controladoria-Geral da União esclareçam o cronograma de liberação de verbas do FNDE e os critérios adotados.
O pedido de inquérito foi enviado na tarde desta quarta diretamente ao presidente do Supremo, ministro Luiz Fux, que deve encaminhá-lo a outro integrante da corte. A ministra Cármen Lúcia está com outros pedidos de investigação de Ribeiro, feitos por parlamentares.
O procurador-geral afirma em seu pedido que, ao ser questionado pela imprensa, Ribeiro "em momento algum negou ou apontou falsidade no conteúdo da notícia veiculada" e admitiu "a realização de encontros com os pastores nela mencionados".
"Em que pese a sua menção à 'nenhuma possibilidade de determinar a alocação de recursos para favorecer ou desfavorecer qualquer município ou estado', a posição por ele ocupada — a culpa do órgão máximo da área de educação do país — proporciona-lhe direção política sobre o funcionamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e o seu respectivo cronograma", diz Aras.
No áudio revelado pela Folha na segunda-feira (21), Ribeiro diz atender a uma solicitação do presidente Jair Bolsonaro e menciona pedidos de apoio que seriam supostamente direcionados para construção de igrejas.
Os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura têm, ao menos desde janeiro de 2021, negociado com prefeituras a liberação de recursos federais para obras de creches, escolas, quadras ou para compra de equipamentos de tecnologia.
Os dois têm proximidade com Bolsonaro desde o primeiro ano do governo. Em 18 de outubro de 2019, partici-

PASTOR NEGA PARTICIPAÇÃO EM ESQUEMA INFORMAL
O pastor Gilmar Santos divulgou uma nota em suas redes sociais na noite desta quarta (23) em que nega ter atuado na negociação de transferências de dinheiro federal para prefeituras ou que tenha interferido na agenda do MEC. "Rechaço todas as informações veiculadas nas reportagens envolvendo meu nome, além de observar que não tenho nenhum poder sobre os órgãos técnicos do Ministério da Educação", diz a nota. "Negó, peremptoriamente, a falsidade de que pedi, recebi, mandei pedir, ou, de alguma forma, contribuí para o recebimento de propina, ou qualquer outro ato de corrupção junto ao Ministério da Educação, bem como ao atual ministro titular da referida pasta", diz ele. O religioso afirma que nunca autorizou que alguém o representasse junto a autoridades e que nunca recebeu pedido de Jair Bolsonaro (PL).

param de evento no Planalto como o presidente e ministros.
Em entrevista à CNN Brasil à Jovem Pan, Milton Ribeiro disse que levou denúncia à CGU (Controladoria-Geral da União) a respeito de uma suposta atuação indevida de pastores em agosto do ano passado.
Depois disso, no entanto, o ministro encontrou os pastores ao menos cinco vezes. A agenda oficial de Ribeiro registra outros três encontros do ministro com os pastores em seu próprio gabinete.
Ribeiro contou a respeito da denúncia à CNN e à Jovem Pan e disse que continuou recebendo a dupla para não levantar suspeitas de que eles estavam sendo investigados.
A CGU anunciou que vai reabrir apuração ligada ao caso. O órgão disse ter recebido duas denúncias do ministério, mas que, na conclusão dos trabalhos, em 3 de março, não foram constatadas irregularidades de agentes públicos, mas "possíveis irregularidades cometidas por terceiros".
Os documentos entregues pelo MEC em 2021, segundo a CGU, são relativos a uma denúncia que tratava de "possíveis irregularidades que estariam ocorrendo em eventos realizados pelo MEC e outra sobre oferecimento de vantagem indevida, por parte de terceiros, para liberação de verbas no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)".
A CGU diz que sugeriu o encaminhamento dos autos à PF e ao Ministério Público.
O presidente da Frente Parlamentar Evangélica, deputado Sôstenes Cavalcante (PL-RI), buscou nesta quarta-feira (23) se afastar de Ribeiro e afirmou que as explicações dadas pelo titular do Ministério da Educação até o momento não foram suficientes.
Por outro lado, Sôstenes buscou blindar o presidente da República ao dizer que a menção ao chefe do Executivo no áudio seria apenas uma "prática da política", de fazer referência a autoridades mais gabaritadas em diálogos para mostrar influência.
Continua na pág. A5



Continuação da pág. A4

"A Frente Parlamentar Evangélica nunca nomeou nenhum ministro. Dos cinco ministros que atualmente são evangélicos no governo Bolsonaro, não houve em nenhum desses nomes a indicação da Frente Parlamentar Evangélica e sim honrosamente foram escolhidos pelo presidente", afirmou.

Sóstenes disse que as provas até o momento não permitem julgamento mais preciso e que todos têm direito a defesa e presunção de inocência. Cobrou, porém, explicação mais forte por parte do atual ministro, uma vez que as acusações são sérias.

O líder da Frente Parlamentar Evangélica também foi questionado sobre a menção ao presidente Bolsonaro nos áudios e então buscou blindar o chefe do Executivo. Disse que é uma "prática política" fazer referência a autoridades.

"Entendo que a menção do presidente Bolsonaro é uma prática da política fazer referência a autoridades superiores inclusive para referendar. Entendo que o presidente Bolsonaro, se julgar necessário, vai falar em momento oportuno, mas quem deve satisfação e tem algo para esclarecer é o ministro", afirmou Sóstenes.

O presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado, Marcelo Castro (MDB-PI), disse que Ribeiro telefonou para ele na manhã desta quarta-feira e se colocou à disposição para prestar esclarecimentos aos senadores.

Castro afirmou que o requerimento de convocação deverá ser analisado na sessão da comissão nesta quinta-feira (24). Como Ribeiro se colocou à disposição, os parlamentares devem analisar se mantêm a modalidade de convocação —na qual a presença é obrigatória— ou se trocam para um convite.

O presidente da comissão disse que vai propor que a audiência com o ministro seja na próxima terça-feira (29).

Castro afirmou que o áudio é "muito constrangedor" e que "deixa muito mal o ministro". Assim como no dia anterior, o senador disse que o caso se trata de um tráfico de influência. "Se esse áudio for dado como autêntico, acho que não tem o que se questionar. É tráfico de influência explícito", completou.

Ribeiro, na tentativa de evitar a convocação, também passou a manhã ligando para outros senadores.

Também nesta quarta, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que foi procurado pelo ministro da Educação no dia anterior para encaminhar um esclarecimento do caso. "O esclarecimento eu respeito. A fala não é uma fala feliz. O

que nós defendemos sempre é tratamento igualitário sem qualquer tipo de privilégio com quem quer que seja. Isso eu espero que aconteça no ministério da Educação e em todos os demais ministérios", disse. **Fábio Serapião, Renato Machado, Danielle Brant, Raquel Lopes e José Marques**

Pastor pediu ouro em troca de liberar verba do MEC, diz prefeito

Paulo Saldaña

BRASÍLIA O prefeito Gilberto Braga (PSDB), do município maranhense de Luís Domingues, afirmou que um dos pastores que negociam transferências de recursos federais do Ministério da Educação para prefeituras pediu 1 kg de ouro para conseguir liberar verbas de obras para a cidade.

Segundo o gestor, o pedido foi feito em um restaurante de Brasília na presença de outros políticos.

A declaração do prefeito foi dada ao jornal O Estado de S. Paulo, e a Folha confirmou com outras duas pessoas presentes no local onde o pedido de propina teria sido feito.

O pedido, segundo o prefeito, foi feito pelo pastor Arilton Moura —que, junto com o também pastor Gilmar Santos, tem negociado liberações de recursos federais para municípios mesmo não tendo cargos no governo Bolsonaro.

O prefeito Gilberto Braga esteve em Brasília no dia 15 de abril de 2021 para participar de um evento no Ministério da Educação com a presença de diversos prefeitos. No evento, os pastores ocuparam posição de destaque, com assento ao lado do ministro Milton Ribeiro.

Na sequência, os pastores convidaram os gestores para um almoço no restaurante Tia Zélia, também em Brasília, de acordo com outras pessoas presentes. A solicitação de propina em ouro teria sido feita nesse local. De acordo com o prefeito, ele ouviu a proposta e não deu prosseguimento ao assunto.

A informação sobre o pedido de 1 kg de ouro para o prefeito foi confirmada por dois assessores municipais presentes no almoço, que reuniu gestores municipais a convite dos pastores. Havia mais de 20 pessoas reunidas no restaurante. Gilmar e Arilton disseram que pagariam o almoço.

O sistema do MEC registra duas obras em execução no município. Outras duas, no valor total de R\$ 4 milhões, tiveram empenhos aprovados no fim do ano passado.

“

É um governo dramaticamente corrupto. Agora não está escolhendo a área. Saúde em plena pandemia, educação num momento trágico... [...] Isso é um bandido. A gente precisa exigir que o Ministério Público, que o senhor Aras, não fique no caminho da irresponsabilidade funcional

Ciro Gomes (PDT)
pré-candidato à Presidência

“

O Ministério da Educação até hoje não tem um plano de recuperação das aulas perdidas na pandemia. E agora vem essa história de propina. [...] Não vamos deixar isso ser varrido para debaixo do tapete. Não pode deixar que nosso país seja transformado em uma terra de bandido

Sergio Moro (Podemos)
pré-candidato à Presidência

“

Direcionando dinheiro público para pastores amigos de Bolsonaro só piora com propina de 1 kg de ouro. Verba do FNDE controlada pelo centrão na farras das emendas do orçamento secreto

Gleisi Hoffmann
presidente do PT

Vice-presidente minimiza atuação de pastores no MEC

O vice-presidente Hamilton Mourão (Republicanos) minimizou nesta quarta-feira (23) os recentes relatos de que pastores sem cargo público negociam transferências de recursos no MEC (Ministério da Educação) e defendeu que o caso precisa ser melhor esclarecido. "Minha visão a respeito do trabalho do ministro [da Educação], Milton [Ribeiro] é que ele é uma pessoa honesta, tem honestidade de propósito, uma pessoa extremamente educada e cautelosa nas coisas", disse Mourão, ao chegar em seu gabinete. "Então eu acho que tem que esclarecer melhor essa coisa aí". Ele disse ainda que, no momento, não é possível emitir um juízo de opinião sobre as denúncias e que até agora só foram revelados "índícios". "É uma gravação, você não sabe se aquilo está editado ou não. Por isso que a gente não pode a priori chegar e emitir um juízo de valor."

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 4 e 5